



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)  
1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 23/06/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**  
33.683.111/0001-07

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 25/06/2018

Data da última atualização do banco de dados: 23/06/2018

Selo digital de segurança: **2018.CTD.TQVC.JR.JH.X670.LJSE.XB5Y**

\*\*\* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS \*\*\*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 33.683.111/0001-07  
Certidão nº: 152613799/2018  
Expedição: 25/06/2018, às 14:05:35  
Validade: 21/12/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**  
**(MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
**33.683.111/0001-07**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas  
no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade  
suspensa:

0160900-28.1993.5.01.0008 - TRT 01ª Região \*

0144200-36.1991.5.01.0011 - TRT 01ª Região \*

0119500-57.2009.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*

0001412-34.2012.5.01.0020 - TRT 01ª Região \*

0062600-36.1991.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*

0225200-23.1999.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*

0047500-67.1993.5.01.0030 - TRT 01ª Região \*

0003800-77.1994.5.01.0039 - TRT 01ª Região \*

0053300-63.1995.5.01.0044 - TRT 01ª Região \*

0221900-70.1997.5.01.0046 - TRT 01ª Região \*

0126800-84.1994.5.01.0049 - TRT 01ª Região \*

0000248-96.2012.5.01.0064 - TRT 01ª Região \*

0158000-61.2006.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0076100-87.2005.5.02.0018 - TRT 02ª Região \*\*

0013700-31.2005.5.02.0020 - TRT 02ª Região \*

0204700-25.1989.5.02.0039 - TRT 02ª Região \*

0232400-92.1991.5.03.0001 - TRT 03ª Região \*

0052600-51.2003.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*

0046600-20.2008.5.04.0016 - TRT 04ª Região \*

0101800-03.2008.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*

0095700-29.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0112100-21.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0001029-03.2011.5.04.0022 - TRT 04ª Região \*

0000709-70.2013.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0050200-75.2006.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0178200-67.2008.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0085400-13.2008.5.04.0471 - TRT 04ª Região \*

0064900-32.2008.5.04.0662 - TRT 04ª Região \*

0115100-14.2008.5.04.0801 - TRT 04ª Região \*\*

0001365-06.2012.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0001136-74.2011.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*\*

0224100-97.1990.5.05.0009 - TRT 05ª Região \*\*

0313700-77.1991.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*

0001102-23.2012.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*

0000387-29.2013.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0000393-36.2013.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0093600-23.2008.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*

0001344-56.2011.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*

0061900-28.2005.5.05.0039 - TRT 05ª Região \*

0001464-40.2012.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*

0125000-29.2005.5.06.0006 - TRT 06ª Região \*

9157900-11.2002.5.06.0007 - TRT 06ª Região \*

0001347-90.2010.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*

0000319-07.2012.5.07.0008 - TRT 07ª Região \*\*

0640500-78.1997.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

1681900-22.1997.5.09.0016 - TRT 09ª Região \*

0610200-08.2008.5.09.0019 - TRT 09ª Região \*

0430600-66.2007.5.09.0664 - TRT 09ª Região \*\*

0001680-81.2012.5.10.0006 - TRT 10ª Região \*

0153800-35.1996.5.10.0018 - TRT 10ª Região \*

0102700-42.1996.5.15.0005 - TRT 15ª Região \*\*

0015900-60.1997.5.15.0042 - TRT 15ª Região \*

0069200-24.2003.5.15.0042 - TRT 15ª Região \*

0096200-72.2006.5.15.0113 - TRT 15ª Região \*\*

0008700-61.2003.5.17.0001 - TRT 17ª Região \*

0165200-41.1992.5.17.0002 - TRT 17ª Região \*

0130400-37.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*

0180100-45.2006.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*\*

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 58.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 33683111/0001-07  
**Razão Social:** SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO  
**Nome Fantasia:** SERPRO SEDE  
**Endereço:** SGAN QUADRA 601 MODULO V LOTES 5 6 / ASA NORTE / BRASILIA / DF / 70836-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/06/2018 a 17/07/2018

**Certificação Número:** 2018061803022809320790

Informação obtida em 25/06/2018, às 14:00:14.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 207-00.919.613/2018  
NOME : SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO  
ENDEREÇO : SGAN QUADRA 601 MÓDULO V  
CIDADE : ASA NORTE  
CPF :  
CNPJ : 33.683.111/0001-07  
CF/DF : 0733474300103 - ATIVA  
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

CONSTA(M) DÉBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO JUDICIAL.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

**Válida até 23 de Setembro de 2018.**

Brasília, 25 de Junho de 2018.

Certidão emitida via internet às 14:03:30 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**

**CNPJ: 33.683.111/0001-07**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:41:39 do dia 29/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/09/2018.

Código de controle da certidão: **B489.8E20.BBE3.AF28**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.